

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

13

JANEIRO . FEVEREIRO . MARÇO DE 1979

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro — 3800 — Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Via Aérea:

Continente, Ilhas e Espanha	130\$00	Estrangeiro... ..	250\$00
Outros países	200\$00	Número avulso	35\$00

13

Janeiro - Fevereiro - Março de 1979

Abertura

Nota Pastoral da Comissão Episcopal de Liturgia

Texto litúrgico do Saltério — Tentativa luso-brasileira — *A. Ramos*

Autores dos hinos da Liturgia das Horas — *S. Sebastião Faria*

Secção musical: 2 hinos — *Música de M. Luís*

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Dedicamos este número à versão portuguesa da Liturgia das Horas. Não é a primeira vez que o nosso Boletim trata deste tema. O n. 2, por exemplo, consagrou-lhe já dois artigos: um sobre «uma Igreja orante», assinado pelo P. José Ferreira, e outro sobre a «Liturgia das Horas», da autoria do P. Luís Ribeiro.

Desta vez, iniciamos a génese do processo evolutivo do Saltério em português, a partir dos esforços, conjuntos e generosos mas ineficazes, da Comissão mista luso-brasileira, imposta pela reforma conciliar do Vaticano II.

Usando uma comparação que, como todas, é imperfeita, poderemos dizer que o texto litúrgico dos Salmos, que se pretendia fosse elaborado conjuntamente por peritos portugueses e brasileiros, constituiu como que a pré-história da versão que se encontra hoje na Liturgia das Horas e teve geral aceitação.

A correspondência oficial trocada entre as Comissões episcopais e os Secretariados portugueses e brasileiros dá conta dos propósitos iniciais, dos esforços desenvolvidos, das dificuldades surgidas e do impasse a que se chegou. São factos que pertencem à história e se apresentam aqui, de forma sucinta e objectiva, para conhecimento de contemporâneos e vindouros.

Este número procura igualmente satisfazer a legítima curiosidade de quantos gostariam de identificar os autores dos hinos inseridos na edição

portuguesa da Liturgia das Horas. O P. Sebastião Faria, que é, sem desconsideração para ninguém, um dos mais competentes e sacrificados colaboradores deste Secretariado e da versão portuguesa da Liturgia das Horas, indica a procedência dos hinos, com excepção daqueles cujos autores ainda pertencem ao número dos vivos, como é da praxe litúrgica oficial.

O lugar de honra, no entanto, vai para a Nota pastoral que a Comissão Episcopal de Liturgia, presidida por D. João Alves, Bispo de Coimbra, em boa hora consagrou à Liturgia das Horas.

É um documento rico de conteúdo doutrinal, de abertura pastoral e de valor normativo que já veio a público na Lumen de Fevereiro deste ano, mas não tem ainda a divulgação que merecia.

O Secretariado tenciona fazer dele uma separata que possa preencher a lacuna existente e contribuir para a mentalização dos utentes actuais e futuros da Liturgia das Horas, para os quais não basta ter nas mãos um instrumento de oração, por mais precioso que seja.

Na secção musical, sempre apreciada e exigida pelos leitores, aparecem dois hinos do Offício divino, que foram musicados pelo P. Manuel Luís.

Voltaremos ao tema da Liturgia das Horas logo que possível e, entretanto, não deixamos de pedir a compreensão dos nossos leitores para o atraso com que sai este número do Boletim.

NOTA PASTORAL DA COMISSÃO EPISCOPAL DE LITURGIA SOBRE A LITURGIA DAS HORAS

Depois de longo e árduo trabalho, apareceu nos finais de 1976 a edição portuguesa da Liturgia das Horas.

Com esta publicação chegou até nós, em língua vernácula, mais este fruto excelente da reforma geral da Liturgia, decretada pelo Concílio Vaticano II.

É com agrado que se verifica ter sido particularmente bem acolhido, entre nós, este livro litúrgico, pois se esgotou em curto espaço de tempo a sua primeira edição.

Aparecida há poucos meses a sua reimpressão, quer a Comissão Episcopal de Liturgia apresentar algumas reflexões que ajudem o Povo Deus a melhor compreender a *Liturgia das Horas* e a utilizá-la como seu livro de oração comunitária.

Aproveita também esta oportunidade para manifestar o seu público agradecimento a todos quantos contribuíram para o seu aparecimento em língua portuguesa.

I — VERIFICAÇÃO DOS FACTOS

1. O nosso mundo e a procura de Deus

Vivemos num mundo que, na afirmação dos seus valores e na contradição dos seus problemas, se vai abrindo à procura do Absoluto. Tecnicamente poderoso, mas interiormente incerto e hesitante, ele busca a paz e a segurança.

Optimista e confiado no progresso, começa todavia a duvidar de um futuro que unicamente se apoie sobre as conquistas da civilização moderna e pressente que, a concretizar-se, não o irá satisfazer

plenamente. «Enquanto por uma parte, — afirma o Concílio — o homem se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior» (GS 10, § 3).

Convidados a conhecer, a estudar e a interpretar à luz do Evangelho os sinais dos tempos, nós, cristãos, percebemos em tais aspirações do homem contemporâneo a sede do Absoluto de que fala Santo Agostinho nas Confissões: «Criastes-nos para Vós, Senhor, e o nosso coração não descansa enquanto não repousar em Vós».

E as manifestações dessa confusa e dramática necessidade de Deus são várias: o desejo de justiça; a generosidade no serviço dos outros; a vivência festiva de encontros em que a gratuidade, a expressão espontânea, o símbolo e, por vezes, até o excesso, aparecem como esforço para ultrapassar a rotina desgastante do dia a dia; o exercício individual ou comunitário de certas experiências de tipo contemplativo, de diversa proveniência, mas predominantemente marcadas pela influência do misterioso e longínquo mundo espiritualista do Oriente; a fuga dos ritmos frenéticos da vida moderna para lugares e tempos de reconfortante silêncio e meditação.

Os cristãos deverão, por um lado, discernir tudo isto como sintomas duma ansiedade generalizada que o ser humano intimamente experimenta de se encontrar consigo mesmo e com algo de transcendente, e, por outro lado, esforçar-seão por descobrir, em todos estes sinais, apelos muito sérios a um trabalho de evangelização, que revele o único Caminho para o Verdadeiro Deus, que nunca se esconde a quantos O procuram de coração sincero.

2. Os cristãos e a oração

Esta sede de Deus, característica já dos nossos tempos, manifesta-se com evidente intensidade, por parte dos cristãos, naquilo a que muitos já chamaram o fenómeno do «regresso à oração». Verifica-se, com efeito, o gosto por tempos longos de oração silenciosa ou partilhada, a adesão a círculos de leitura e estudo bíblicos, aproveitamento de numerosos grupos espontâneos ou organizados para a oração, suscitando tudo isto profunda alegria e esperança no Povo santo de Deus.

É certo que em várias destas experiências, vividas em celebrações da Palavra, encontros informais ou até na celebração da Eucaristia, se misturam frequentemente meras manifestações de tendências, conflitos

e revoltas da sociedade, com provas de sincera procura de Deus. Compete, porém, ao educador da fé saber discernir, a fim de poder corrigir, orientar e animar. Não será compreensível a desconfiança sistemática, como não será de aceitar a atitude de quem se comporta como mero espectador, permitindo experiências confusas e tantas vezes decepcionantes para aqueles que julgam ter iniciado um novo e autêntico caminho de vivência evangélica.

De quanto fica dito se conclui pela necessidade e oportunidade de um estudo aprofundado sobre a oração, que vivamente aconselhamos sobretudo aos mais responsáveis pela educação da fé. Apesar de não caber no âmbito desta Nota Pastoral tal desenvolvimento, não queremos, no entanto, deixar de apontar sumariamente algumas perspectivas sobre o assunto.

II — NATUREZA DA ORAÇÃO CRISTÃ

1. A Palavra de Deus e a oração do homem

Para o cristão, a oração é sempre resposta a Deus, que tomou a iniciativa de abrir diálogo com o homem, dando-lhe a sua Palavra e revelando-lhe a sua intimidade.

A Palavra de Deus é, por isso, elemento insubstituível da oração cristã; Palavra reveladora da Pessoa e do Plano de Deus e igualmente oferecida como dom ao próprio cristão para que faça dela a expressão da sua fé, da sua esperança e da sua gratidão.

Cristo, enviado pelo Pai, é Ele, em Pessoa, a Palavra viva de Deus e elo de ligação indispensável entre o homem e o nosso Deus: «Ninguém vai ao Pai senão por Mim» (Jo. 14, 16). Como verdadeiro homem, Ele pode, em linguagem humana, falar aos seus irmãos e dizer-lhes os segredos de Deus, como também, na comunhão da Trindade, pode ser a voz do homem nas suas expressões de louvor, de gratidão, de dor e de súplica. Verdadeiramente, Cristo é o grande Orante, ou, por outras palavras, Ele é o contínuo Diálogo entre o Pai e o homem, que aceitou com amor a revelação de Deus. Por isso, as orações litúrgicas terminam sempre com a expressão: «Por Nosso Senhor Jesus Cristo...» que devemos entender como admirável consequência da Incarnação do Verbo e da Sua definitiva mediação de Senhor Ressuscitado.

Incorporado em Cristo pelo Baptismo, o orante cristão participa desta ligação eficaz com Deus, de tal modo que a sua oração não é já um simples esforço de vontade humana ou evasão psicológica, mas *resposta sincera da fé gerada pela Palavra de Deus, revelado em Cristo.*

2. A oração da Igreja na comunidade cristã

A Igreja é, por natureza, comunidade de oração porque Corpo Místico de Cristo e Sua presença continuada na terra; na verdade, e conforme afirma o Concílio, Jesus Cristo, que é o Sumo Sacerdote da Nova e Eterna Aliança, «continua esse múnus sacerdotal por intermédio da Sua Igreja, que louva o Senhor e intercede pela salvação de todo o mundo, não só com a celebração da Eucaristia, mas de vários outros modos, especialmente pela recitação da Liturgia das Horas» (SC 83). Por isso, a Igreja foi sempre comunidade orante, desde os primeiros tempos, quando se reunia para alegremente «partilhar o pão, escutar a Palavra e perseverar na oração» (Act 2, 42), até aos nossos dias em que, no rito universal da Eucaristia ou de muitas outras formas, continua a celebrar a revelação do Pai, a receber a salvação para o homem e a consagrar os tempos e as vidas de seus filhos.

O Espírito Santo, que habita no coração de cada fiel, nele orando com palavras e sentimentos inenarráveis (Rom. 8, 26), é o mesmo que foi enviado, como Paráclito, para reunir a Igreja, a fim de continuamente a santificar e a animar na esperança do novo encontro com o Senhor Jesus: «O Espírito e a Esposa dizem: Vem» (Ap. 22, 17). É esse Espírito quem nos lembra repetidamente, na oração comunitária ou individual, os conselhos do Mestre: «É preciso orar sempre, sem desfalecimento» (Lc. 18, 1); «Vigiai e orai» (Mt. 26, 41); «Pedí e dar-vos-á» (Lc. 11, 19). Ainda que uma e outra sejam oração da Igreja, devemos recordar o que, acerca da excelência da oração litúrgica, refere a Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas; «É certo que a oração feita a sós, no quarto, portas fechadas, é necessária e recomendável, e não deixa nunca de ser oração de um membro da Igreja, por Cristo, no Espírito Santo. Todavia, a oração comunitária possui uma dignidade especial, baseada nestas palavras de Cristo: «Onde estiverem dois ou três reunidos em Meu nome, aí estou Eu no meio deles» (IGLH,9).

Por conseguinte, é a oração comunitária litúrgica aquela que mais visivelmente exprime a Igreja como Povo orante.

3. A oração da Igreja em cada cristão

A oração individual, que é sempre oração de um membro da Igreja, é a que melhor permite o encontro de cada pessoa com Deus, na sua originalidade e responsabilidade próprias. Ao rezar individualmente, o cristão encontra luz e unidade para a sua vida e contribui para o enriquecimento comunitário dos diversos grupos em que está inserido e de todo o Povo de Deus a que pertence.

A História da Salvação, que é vivida em mistério de Igreja e em marcha de Povo, atinge cada pessoa, na sua história individual, e faz nascer, em cada homem concreto, uma resposta única, a reclamar tempos e ritmos que nem sempre cabem exclusivamente na oração comunitária. Esta exigência da psicologia humana, consagrada, aliás, pela Escritura e pela prática multissecular da Igreja, ganha particular relevo no mundo agitado em que vivemos. O reservar para a oração em clima de «deserto», alguns tempos do dia ou da semana é exercício apreciável, hoje mais do que nunca, que permite ao cristão encontrar-se consigo próprio e com Deus, unificando a sua vida de trabalho, de família, de preocupações e de fé.

Muito precisam de valorizar esta frequência da oração pessoal aqueles cristãos que particularmente se empenham nos trabalhos do Reino, em especial os sacerdotes: «Só com a luz da fé e a meditação da palavra de Deus pode alguém reconhecer sempre e em toda a parte a Deus no qual 'vivemos, nos movemos e existimos' (Act. 17, 28), procurar em todas as circunstâncias a Sua vontade, ver Cristo em todos os homens» (A.A. 4). «De variados modos, especialmente pela prática da oração mental e das demais formas de oração, que livremente escolhem, buscam os presbíteros e instantemente pedem a Deus aquele espírito de verdadeira adoração...» (P. O. 18), aviva-se o despojamento das motivações, descobrem-se caminhos mais fecundos de acção, renova-se a força da generosidade, unificando, à luz do Espírito Santo, a dispersão dos múltiplos gestos e trabalhos que a vida apostólica hoje exige.

4. A oração, serviço para com o mundo

«Salvar a pessoa do homem, restaurar a sociedade humana, instaurar uma fraternidade universal» (G.S. 3) constitui, sem dúvida, a marca fundamental de toda a oração cristã. Participante, desde o seu baptismo, no Sacerdócio de Cristo, o cristão partilha, em cada

tempo e lugar, a missão mediadora do Salvador; por isso, e de modo muito próprio, toda a oração cristã é verdadeiro serviço de mediação no mundo de hoje. Só a fé nos poderá confirmar na consciência desta missão. O Concílio quis recordá-lo aos próprios leigos, dizendo-lhes que «ao agirem em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo» (LG 34).

Esteja este nosso mundo, amado por Deus e procurado por Seu Filho, cada vez mais presente na oração dos cristãos. Mergulhados na azáfama e nas lutas da cidade terrena, cuidem os cristãos de levar para a oração toda a beleza e generosidade, toda a inquietação e procura, todo o sofrimento e pecado, toda a realidade, enfim, de que são solidários com os homens, seus irmãos.

Deste modo, a oração não será tempo perdido nem alienação, como, às vezes, tão insensatamente se afirma; pelo contrário, aumentará no crente o vigor desprendido da caridade que o levará a agir, no mundo, com mais eficiência e acerto, sendo disso prova o exemplo dos santos que, no contacto com Deus, caldearam o seu poder de intervenção e presença. Daí, não virá a despropósito advertir que todo o grupo orante, para o ser com verdade, não pode confundir-se com o mero grupo de apoio psicológico, fechando-se em si mesmo, mas antes, deverá conter e viver, em profundidade, o dinamismo universal do Povo, que Deus conduz, pelo Espírito, na comunhão de toda a Igreja, servida pelos seus pastores, para uma dádiva total a Deus e a todos os homens.

5. Características da oração cristã

a) acção de graças e gratuidade

Sentindo dolorosamente o homem a estreiteza dos seus limites, a sua oração quase que se reduz, por vezes, à súplica e petição, ficando com frequência esquecida a atitude de acção de graças e de louvor, que é essencial, em toda a oração cristã.

Pode dizer-se, com toda a verdade, que tal sentimento é dominante nas orações das comunidades cristãs dos primeiros tempos, sendo constantes nas Cartas de S. Paulo:

«Primeiramente, dou graças a meu Deus, por meio de Jesus Cristo, por todos vós» (Rom. 1, 8);

«Sempre dou graças a Deus por vós, pela graça divina que foi dada em Cristo Jesus» (I Cor. 1, 4) e também: (II Cor. 1, 3; Ef. 1, 3; I Tes. 1, 2, etc., etc.).

O próprio termo EUCARISTIA foi escolhido como o mais apropriado para designar, através de todos os tempos, o acto mais importante e central da vida cristã da Igreja. E tudo isto surge como consequência lógica daquela profunda convicção sentida por todos os cristãos de que «o amor consiste, não em termos nós amado a Deus, mas em ter-nos Ele amado primeiro e enviado o Seu Filho para expiar os nossos pecados» (I Jo. 4, 10).

E, em íntima relação com esta atitude, também será de referir a necessidade de realçar o sentido de gratuidade de que deve revestir-se toda a oração verdadeiramente cristã; vivendo num mundo em que a produtividade e rentabilidade e a eficácia são tidos como elementos primordiais e critérios de valor, o cristão sentirá a tentação de transformar, quase inconscientemente, a sua fé em mera acção e a oração em expressão interesseira; saber «perder tempo» prolongando a oração, agradecer e viver em acção de graças, são caminhos que anunciam ao mundo uma imagem do homem, como criatura gratuitamente chamada por Deus à salvação.

A propósito, queremos recordar com alegria todos aqueles «que se ocupam só de Deus, no silêncio e na solidão, se dedicam exclusivamente à contemplação, em oração contínua e alegre penitência, conservando sempre a parte mais excelente, são honra da Igreja e fonte das graças celestes» (PC. 7), «pois, mesmo quando não prestam uma ajuda exterior aos seus contemporâneos, têm-nos sempre presentes de um modo mais profundo, no amor de Cristo» (LG. 46); mesmo envolvidos no bulício do mundo e na realização das tarefas quotidianas, todos os cristãos deverão empenhar-se em dar à sua oração este carácter de fecunda contemplação e gratuidade.

b) humildade e simplicidade

Tenha-se em conta o ensinamento de Jesus que, na parábola do publicano, apontou a humildade como codição para uma oração agradável a Deus e censurou nos fariseus o seu orgulho e hipocrisia: «este povo somente me honra com os lábios mas o seu coração está longe de mim» (Luc. 18, 9-14; Mt. 15, 8 e 23, 14), repetindo o que já antes, pela boca de Isaías, Deus ensinara aos homens daquele tempo (Is. 29, 13). Esta queixa, repetida por Jesus à sua geração, também hoje a podemos merecer, se o nosso esforço se ficar apenas pelas formas exteriores da oração, levados pela ilusão de falsos sucessos, quando, o que importa, é a transformação em «verdadeiros adoradores do Pai, em espírito e verdade» (Jo. 4, 23).

E não esqueçamos a oração em que Jesus bendiz o Pai pela revelação feita aos pequenos (Mt. 11, 25), nos quais a simplicidade se traduz pela profunda convicção duma radical dependência de Deus; sem estas disposições que devem informar a oração de todos os cristãos, qualquer que seja o seu grau de cultura ou de ciência, torna-se inútil e estéril toda a caminhada para Deus. Não raro acontece que aqueles que são considerados como «os simples» (no sentido de «menos cultos»), nos dêem testemunho de fidelidade, perseverança e pobreza evangélica, embora fazendo uso de formas de oração ou expressão religiosa muito rudimentares. É dever de todos os cristãos integrarem e olharem com respeito o Corpo Místico de Cristo... e são a oração destes seus irmãos, diligenciando, através de uma ajuda delicada e fraterna, por que tenham acesso a outras expressões de oração sempre mais ricas de conteúdo.

Considerem os sacerdotes seu serviço fundamental a educação da fé de todos os cristãos, para que neles possa florescer o espírito e a prática da oração esclarecida e empenhativa. E, como meio privilegiado dessa educação, aproveitemos a Liturgia das Horas cujo conteúdo passamos a analisar.

III — A LITURGIA DAS HORAS

1. Do passado ao presente

A Liturgia das Horas, como o nome indica, nasceu do desejo de consagrar a Deus a actividade humana, por meio da oração, ao longo das horas do dia e da noite.

Desde o início, que os cristãos tiveram o costume de reunir-se frequentemente para orar em comum; queriam assim dar cumprimento ao mandamento do Senhor, repetido por S. Paulo: «Orai em todo o tempo» (I Tes. 6, 18). E, como vimos, nunca as comunidades cristãs, de uma maneira ou de outra, deixaram de se reunir assiduamente para orar. E também, como já se referiu, a forma, por excelência, da oração cristã é, sem dúvida, a Eucaristia, «centro e vértice de toda a vida da comunidade», e cujo nome deriva até do formulário da oração com que é celebrada. Mas, para além da Eucaristia, as comunidades cristãs sentiram sempre a necessidade de se reunir a diversas outras horas, para orar por meio de outras formas de oração.

Certamente que a comunidades monásticas e outras de vida mais consagrada à oração tiveram sempre por costume reunir-se mais vezes, a horas mais frequentes, de dia e de noite, para orar, dando assim origem a um ritmo de oração particularmente intenso.

Mas também a comunidade cristã em geral foi frequentemente convocada, e até todos os dias, para a oração, presidida pelos seus pastores, principalmente às horas mais significativas no curso da vida diária, ou seja, no fim e no princípio do dia.

Foi esta ordenação da oração das horas do dia e da noite que tem sido conhecida pelo nome de *Ofício divino*, e agora recebe o de *Liturgia das Horas*.

Vinda do fundo das idades cristãs, originária das comunidades dos fiéis a viver no mundo ou dos ambientes de vida monástica, a *Liturgia das Horas* é, no seu conjunto, a oração da Igreja.

Todavia, com o andar dos tempos, este carácter eclesial esbateu-se ou mesmo desapareceu na consciência da maior parte dos cristãos, por a Liturgia das Horas se ter tornado, na prática mais generalizada, a oração quase exclusiva de certas comunidades religiosas e dos clérigos maiores.

Mas o facto é que os cristãos continuam a rezar, e de muita maneiras; sabem contudo que é na oração que a Igreja organiza com especial esmero, como a voz da Esposa, e que lhes oferece como a sua própria oração, que eles podem encontrar o guia e a norma segura.

2. Um livro de oração

O livro da *Liturgia das Horas* há-de ser tido, pois, antes de mais, como *livro de oração*, e da oração da Igreja. Nem o facto de a Liturgia das Horas constituir para alguns uma obrigação lhe há-de ofuscar este carácter essencial, que é o de ser um livro de oração. A Liturgia das Horas estabelece, de facto, aquele diálogo entre Deus e os homens, por Cristo, no Espírito, que partindo da contemplação das maravilhas de Deus proclamadas na sua palavra, se exprime, com essa mesma palavra, em louvor e acção de graças.

«A Liturgia das Horas, embora enriquecida de leituras, é, antes de mais, oração de louvor e de súplica» (IGLH, 2). Esta, uma das notas que distingue a Liturgia das Horas de outras possíveis formas de oração, sobretudo o seu carácter primordial de oração de louvor.

Um dos maiores méritos da Liturgia das Horas, tal como ela está organizada no livro respectivo, é o de propor aos cristãos um tipo

de oração que parte da palavra de Deus, e que, de tal modo nela se apoia, que até, na sua maior parte, por ela se exprime. Se percorrermos os seus diversos elementos, vemos que eles são quase todos tirados da Bíblia, quer do Antigo quer do Novo Testamento, como os Salmos, os cânticos, as antífonas, as leituras, os responsórios, os versículos; ou nela se inspiram, como as leituras não bíblicas, os hinos e as orações.

Assim enraizada na palavra de Deus, a Oração das Horas está toda centrada sobre o mistério de Cristo. O cristão não pode rezar senão por Cristo, com Cristo e em Cristo, pois que é só Cristo quem, no seu mistério pascal, dá pleno sentido a toda a oração dos cristãos. É elucidativo recordar como os antigos gostavam de rezar os salmos, pondo-os na boca de Cristo, por sentirem que é aí que a oração dos homens encontra toda a capacidade de se exprimir e toda a possibilidade de subir até ao Pai. É, sem dúvida, o homem quem reza; mas é pelo «mediador entre Deus e os homens, esse homem que é Jesus Cristo» (I Tim. 2, 5), de quem o cristão é membro e por quem, somente, tem acesso ao Pai, que ele pode rezar.

Deste modo se evitará o perigo tão frequente de se cair numa oração demasiado individualista, e talvez até pessimista, o que a viria esvaziar do conteúdo de fé e de esperança verdadeiramente cristãs.

Concretização desta nota essencial na oração cristã é o facto de a Liturgia das Horas estar intimamente articulada com os diversos tempos litúrgicos. Os mistérios celebrados ao longo do ano litúrgico, que não são outra coisa senão as diversas fases do mesmo e único mistério, o mistério pascal de Cristo, são ao mesmo tempo proclamados na palavra, celebrados na Eucaristia e nos outros sacramentos, e tema de oração na Liturgia das Horas, num concerto simultaneamente belo e harmonioso, e pedagogicamente eficaz.

3. O Ofício divino. Liturgia das Horas

A oração do Ofício divino é chamada hoje *Liturgia das Horas*. Ao chamar-se-lhe Liturgia, quer significar-se que a Oração das Horas é um dos actos do culto que a Igreja presta ao Pai, por Cristo, no Espírito. A palavra «Liturgia» começa a estar hoje mais em uso do que a de Ofício, outrora mais corrente, para designar o culto da Igreja.

Mas ao chamar-se-lhe *Liturgia das Horas*, pretende indicar-se uma das características fundamentais desta Liturgia: ela é a oração que se destina à «santificação do dia e de toda a actividade humana» ao longo das várias horas do dia e da noite (ib. 11 e 10). É por isso

que, «já para santificar realmente o dia, já para rezar as próprias Horas com fruto espiritual, importa recitá-las no momento próprio, quer dizer, naquele que mais se aproxima do tempo verdadeiro correspondente a cada hora» (ib. 11).

Todo o tempo da vida dos homens está nas mãos de Deus e é necessário que o cristão o saiba reconhecer e proclamar. Isto deve acontecer sobretudo em certas circunstâncias, como são o fim e o princípio de cada dia, o morrer da luz e o seu retorno matinal. Estes dois momentos, além de serem particularmente significativos na vida de qualquer pessoa, resumem em si o ritmo da própria vida humana, sobretudo numa perspectiva de fé cristã — e a Liturgia das Horas é oração essencialmente cristã —, pois eles são como que um sinal de passagem da morte à vida, que é o ritmo do próprio mistério pascal. Assim, a oração destes dois momentos foi sempre considerada «como que os dois polos do Ofício quotidiano; por isso, devem considerar-se como Horas principais, e como tais se devem celebrar». São as Horas que tradicionalmente se chamam Vésperas e Laudes (ib. 37).

Embora a Liturgia das Horas seja «antes de mais oração de louvor e de súplica», está todavia prevista uma *Hora de Liturgia*, a qual tem em vista «proporcionar ao povo de Deus, e muito especialmente àqueles que de modo particular estão consagrados ao Senhor, uma meditação mais rica da Sagrada Escritura e das mais belas páginas dos autores espirituais» (ib. 55). A *Hora da Leitura*, ampliada, como está previsto, pode tornar-se na celebração da *Vigília*, muito de aconselhar, como oração nocturna, «à semelhança da Vigília pascal», nas solenidades maiores, aos domingos e em outros dias (ib. 70-73).

A Liturgia das Horas prevê ainda um tempo de oração, ao meio do dia, a *Hora Intermédia*, e outro antes do descanso nocturno, as *Completas*.

Mesmo quando não celebrada de maneira integral, a Liturgia das Horas pode fornecer elementos preciosos para tempos de oração, quer comunitária, quer individual. Seria formalismo, sem espírito, aplicar à Liturgia das Horas o princípio de «ou tudo ou nada» quando, na realidade, o que se pretende é pôr nas mãos das comunidades e das pessoas individuais os meios para fazerem oração, no espírito da Igreja e segundo a sua maneira de rezar, sobretudo a certas horas.

E todos aqueles a quem incumbe, de modo particular, a obrigação de celebrar a Liturgia das Horas, hão-de ter sempre presente que essa obrigação significa precisamente o dever de, na medida do possível, fazerem oração, a determinadas horas, «para que esta função de toda a comunidade seja desempenhada ao menos através deles» (ib. 28).

4. Perspectivas pastorais

Todos sabemos como a Liturgia das Horas foi muitas vezes considerada, de facto, e talvez, por vezes, em princípio, como oração somente de alguns, em consequência de distorções várias, que a história pode explicar. Seria errado continuar a considerá-la assim, mesmo quando ela constitua para alguns, indivíduos ou comunidades, uma obrigação sem que, no entanto, se pretenda imaginar que ela venha a ser celebrada, na sua totalidade, por todos os fiéis.

a) A Liturgia das Horas pertence a toda a Igreja

« A Liturgia das Horas, tal como as demais acções litúrgicas, não é acção privada, mas pertence a todo o corpo da Igreja» (ib. 20). Por isso, a Liturgia das Horas pode e deve aparecer também como celebração comunitária, do mesmo modo que outra qualquer celebração litúrgica, dentro do que as circunstâncias aconselharem como mais oportuno em cada comunidade.

É, pois, coisa absolutamente normal que as comunidades cristãs sejam convocadas para celebrarem a Liturgia das Horas, principalmente nos dias e tempos mais significativos do ano litúrgico. Sem dúvida que a Eucaristia é o «centro e vértice de toda a vida da comunidade cristã» (ib. 12), mas não é o seu único momento. As comunidades têm necessidade de outras celebrações, particularmente a da oração das Horas.

A Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas (IGLH) refere as várias circunstâncias em que é normal isto acontecer e em que melhor se pode manifestar o sentido eclesial da oração do povo de Deus:

— A celebração realizada sob a presidência do bispo, rodeado do seu presbitério e restantes ministros, por uma Igreja particular (ib. 20; cf. 28-29);

— Outras assembleias de fiéis, entre as quais são de destacar as paróquias, localmente constituídas sob a presidência de um pastor, como substituto do bispo, às quais se aponta como normal a celebração das Horas principais (ib. 21);

— Os fiéis em geral, sempre que convocados e reunidos para celebrarem a Liturgia das Horas, e que assim manifestam a Igreja que celebra o mistério de Cristo (ib. 22);

— As comunidades que, por força da Regra ou das Constituições, devem celebrar a Liturgia das Horas, integral ou parcialmente, e que representam, de um modo especialíssimo, a Igreja orante (ib. 24);

— Os ministros sagrados e todos os clérigos, mesmo quando não obrigados por outro título à celebração comunitária, quando vivam em comunidade ou se encontrem juntos, os quais «procuram celebrar em comum pelo menos algumas das partes da Liturgia das Horas, mormente Laudes pela manhã e Vésperas à tarde» (ib. 25);

— «Os religiosos de ambos os sexos não obrigados à celebração comunitária e os membros de qualquer Instituto de perfeição», aos quais «se recomenda encarecidamente que se reúnam em comum, ou entre si ou juntamente com o povo, para celebrar a Liturgia das Horas ou alguma parte da mesma» (ib. 26);

— «Os grupos de leigos, onde quer que se encontrem reunidos, seja qual for o motivo dessas reuniões — oração, apostolado ou outro motivo qualquer —», os quais «são igualmente convidados a desempenhar esta função da Igreja» (ib. 27);

— Finalmente, «a família, qual santuário doméstico da Igreja», a qual «não se contente com a oração feita em comum; mas, dentro das suas possibilidades, procure inserir-se mais intimamente na Igreja, com a recitação de alguma parte da Liturgia das Horas» (ib. 27).

b) A Liturgia das Horas e os ministros do Povo de Deus

Os ministros do povo de Deus estão especialmente mandatados para o serviço da oração. Constitui ele uma das suas tarefas primordiais. A Igreja conta com a sua voz e o seu coração, para que, «ao menos através deles», e de uma maneira certa e constante, se continue em si a própria oração de Cristo. Eles são até «deputados» (ib. 28) para esse serviço de Deus, o «opus Dei», como se exprime S. Bento, ao qual o Santo Patriarca quer que «nada se anteponha» (S. Bento, Regra 43).

Esta «deputação» não quer, no entanto, significar que a sua oração substitua a de todo o povo de Deus. Antes pelo contrário, pois que até «é função daqueles que receberam as ordens sacras ou foram investidos de alguma missão canónica organizar e dirigir a oração da comunidade. Hão-de ter a peito convidar os fiéis e formá-los mediante uma catequese adequada para a celebração comunitária das partes mais importantes da Liturgia das Horas, mormente aos domingos e festas. Hão-de ensiná-los a fazer desta participação uma oração autêntica. Para isto terão que os ajudar, através de uma forma apropriada, a penetrar no sentido cristão dos salmos, por forma a serem levados, pouco a pouco, a saborear e a utilizar mais amplamente a oração da Igreja» (ib. 23).

c) Iniciação na Bíblia e particularmente nos salmos

A iniciação na Bíblia e, em particular, nos salmos faz naturalmente parte da catequese cristã, e, de modo especial, em ordem à oração. A oração cristã não se confunde com outro qualquer modo de orar, mas é sempre resposta à palavra de Deus. No fundo, o cristão ora como a palavra de Deus o ensinou a orar. Mesmo quando as palavras são invenção nossa, elas partem sempre da palavra de Deus, que, primeiro, a nós veio em revelação, para que depois pudéssemos partir de nós em oração. Também neste ponto, a oração litúrgica é um modelo.

Mas a Liturgia das Horas faz ainda mais: ela utiliza até, na sua maior parte, as próprias palavras da Sagrada Escritura, sobretudo os salmos. Os salmos têm sido, para os judeus e para os cristãos, o livro de oração do povo de Deus. Na celebração da Eucaristia, os salmos começam de novo a tornar-se familiares ao povo, sobretudo no responsorial depois das leituras. Pode ser esse um momento para certa iniciação neste género de oração. Mas a Liturgia das Horas é o lugar privilegiado para um contacto mais longo e mais profundo com os salmos. As comunidades que, de há muito, deles fizeram a expressão da sua oração poderiam dar, a este respeito, testemunhos maravilhosos.

Para as comunidades menos familiarizadas com os salmos, poder-se-ia começar por lhes pôr nas mãos uma selecção de alguns salmos mais fáceis de assimilar, de entre os vários géneros salmódicos, sempre acompanhados da respectiva catequese, que os faça cantar ou recitar como oração.

Pode ser útil, neste momento, uma breve reflexão sobre o modo concreto de dizer os salmos. Como o nome sugere, os salmos aceitam, muito espontaneamente, a expressão cantada. Mas há diversas maneiras de cantar os salmos:

— A forma responsorial, a qual consiste em a assembleia responder (daí o nome de responsorial ou responsório) com um refrão aos versículos que um solista, o salmista, vai proclamando. É a maneira mais simples e mais fácil, e, certamente por isso, a que se tornou mais popular desde a antiguidade. Aqui nem é necessário ter o texto na mão. Basta que o tenha o salmista. Em lugar de um, poderiam intervir dois solistas, que entre si criariam certo diálogo, antes da intervenção da assembleia;

— A forma dialogada é mais vulgarizada talvez, hoje, nas comunidades habituadas a servir-se dos salmos. Consiste ela em alternar entre duas partes da assembleia os diversos versículos do salmo. Esta forma supõe que todas as pessoas podem ler com facilidade e que têm o texto entre as mãos, o que nem sempre é fácil.

— Outra forma possível é a que os antigos chamaram o tracto, ou seja, o salmo proclamado todo, do princípio ao fim, por um só solista, sem intervenção da assembleia, e escutado por esta em oração meditativa. Maneira, sem dúvida, mais exigente, mas que, em certos momentos, poderia ser meio de criar um bom ambiente de oração na assembleia (ib. 122).

A própria estrutura literária do salmo pode aconselhar o modo de o dizer. Na forma dialogada, em vez de alternar os versículos, poder-se-ão alternar as estrofes, o que, por vezes, torna mais claro o sentido de certos salmos, pois estes «nem são leituras nem orações em prosa», mas «poemas de louvor» (ib. 103).

d) Celebração comunitária de algumas horas

Ao desejar-se que se promova a celebração comunitária da Liturgia das Horas, certamente o que está em causa não é, de maneira nenhuma, pretender que seja «executado», em nossas comunidades, todo o conteúdo do livro da Liturgia das Horas, mas que a vida de oração dos cristãos, individualmente e em comunidade, se intensifique cada vez mais, e que isto se faça no espírito e, quanto possível, segundo os elementos presentes no livro da Liturgia das Horas.

Não é de todo desconhecida entre nós a celebração de certas Horas do Ofício divino, mesmo fora das comunidades religiosas. Nalguns lugares celebrou-se ou celebra-se ainda a oração de Vésperas aos domingos e dias mais festivos, por vezes as Completas, para não falar das antigas Matinas (hoje dir-se-ia Vigílias) e Laudes nos últimos dias da Semana Santa, na noite de Natal e ainda o Ofício de Defuntos.

Todas estas celebrações poderiam ser recuperadas, agora no espírito e, tanto quanto possível, na forma da Liturgia das Horas.

Mas outras poderiam ser introduzidas. Assim:

— Laudes e Vésperas são, como ficou dito, o modelo de oração comunitária ou individual, no princípio e no fim do dia. Nos lugares onde se encontrarem cristãos para rezarem a estas horas, sobretudo nas comunidades que mantenham um ritmo de oração diária mais regular, e naquelas em que ele possa vir a ser criado, procure-se que essa oração seja, tanto quanto possível, feita segundo o modelo da Liturgia das Horas. A Comissão Episcopal de Liturgia prepara uma edição com esta finalidade⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Já saiu a público na Gráfica de Coimbra com o título de *Laudes, Vésperas e Completas*.

— Em certos dias mais significativos é costume em, alguns lugares, fazer um tempo mais longo de oração nocturna, umas vezes para realçar mais a solenidade do dia, outras vezes, integrado em peregrinações ou ainda com outra intenção. É o que se chama a Vigília, isto é, a oração de quem se mantém acordado, vigiando, conforme a palavra do Senhor: «Estai vigilantes...» (Mt. 25, 6). A Instrução Geral que antecede a Liturgia das Horas sublinha o sentido e a importância destas Vigílias e oferece elementos para este tipo de celebrações, que devem doravante ser tidos em conta (IGLH, 70-73).

— Há ainda muitas comunidades que se reúnem para a oração no fim do dia, quer nos tempos mais importantes do ano litúrgico, quer mesmo todos os dias. Por vezes, sente-se certa dificuldade em descobrir elementos para organizar, de maneira mais sólida e mais variada, esses tempos de oração.

É certamente esta uma ocasião óptima para, ao menos em certos dias, se fazer a oração segundo a Liturgia das Horas, talvez Vésperas, ou outra Hora que venha mais a propósito.

Sucede que é nestas circunstâncias que, grande parte das vezes, se encontra aquela oração dos simples, de que acima se fala. Nem isso há-de impedir que se procure lançar mão de elementos da Liturgia das Horas, como sejam os salmos, as leituras bíblicas ou patrísticas, as preces ou intercessões; antes pelo contrário, deve procurar-se que essa oração possa ser, ao mesmo tempo, esclarecimento e aprofundamento da fé. Assim, essa oração brotará igualmente na alegria de uma expressão mais eficaz de traduzir essa mesma fé em fórmulas, sem dúvida, acessíveis, mas cheias do conteúdo da revelação cristã, e que acompanhem a celebração do mistério cristão, na riqueza e variedade do ano litúrgico.

— As frequentes reuniões de grupos de leigos cristãos de qualquer género, em que geralmente estão previstos tempos de oração, apresentam-se como ocasião naturalmente indicada, como já se referiu, para conduzir essa oração segundo a Liturgia das Horas, quer rezando a respectiva Hora por inteiro, quer utilizando alguns dos elementos apresentados para essa Hora.

Será essa uma ocasião de poder contactar com a oração da Igreja, de poder verificar como ela se estrutura e de assim entrar no seu espírito.

— Está prevista a possibilidade de articular as diversas Horas, (menos a Hora da leitura, excepto na noite de Natal), com a celebração da Eucaristia (ib. 93-98). Embora esta junção não seja a mais indicada, pode, no entanto, oferecer um belo momento de oração salmódica, antes da leitura da palavra.

CONCLUSÃO

Há na oração da Igreja uma pedagogia que é preciso ajudar a descobrir aos cristãos. De facto, é preciso descobrir que as riquezas da palavra de Deus não servem só para ensinar, mas também para rezar. Primeiro é necessário receber a palavra na «boa terra» do coração. Aí ela se torna luz, e leva a reconhecer a presença e a acção de Deus nos caminhos dos homens, as «maravilhas de Deus» na história da salvação. Daí, depois, ao calor do Espírito, ele brotará em oração. É aliás na oração que a palavra de Deus dá o seu fruto último, que não é outro senão o eco que ela venha a encontrar no coração do homem. A oração é esse eco, em louvor e acção de graças, porque reconhece aquela presença e acção de Deus, mas, e por isso mesmo, também em súplica, para que a acção maravilhosa de Deus se continue hoje no meio de nós.

Fátima, 15 de Dezembro de 1978

TEXTO LITÚRGICO DO SALTÉRIO

TENTATIVA LUSO-BRASILEIRA

A preparação dum texto litúrgico do Saltério foi tarefa prioritária de quantos procuraram traduzir os livros litúrgicos oficiais saídos da reforma conciliar do Vaticano II.

Em Portugal e no Brasil, o problema pôs-se mesmo antes do aparecimento da edição típica da «Liturgia das Horas». Os Salmos entram também na celebração da Missa e dos Sacramentos e por isso não se podia traduzir nenhum livro litúrgico sem um texto capaz do Saltério.

Nos primórdios da reforma conciliar foi norma da Santa Sé exigir um texto único oficial para cada grupo linguístico. Os Episcopados português e brasileiro tinham, pois, de trabalhar em comum e de chegar a acordo quanto ao texto definitivo.

Embora tivesse havido contactos oficiais anteriores, foi a partir da reunião da «Comissão mista luso-brasileira para a tradução dos textos litúrgicos» efectuada no Pontifício Colégio Português em Roma, no dia 21 de Novembro de 1965, que os dois Episcopados deram os primeiros passos «para combinarem as bases de trabalho em vista da tradução dos textos litúrgicos para a língua portuguesa», como vem na respectiva acta.

Nesta reunião, além de acordarem em certas normas de procedimento e de estabelecerem alguns critérios para a tradução da Bíblia, «que constitui a base de quase todos os textos litúrgicos», deliberou-se que as Comissões dariam início aos seus trabalhos pelo Saltério, «uma vez que os Salmos aparecem por todos os textos litúrgicos», e que à medida que cada Comissão fosse aprontando o seu texto, enviá-lo-ia à outra para revisão, mesmo por partes.

O optimismo era então de tal ordem que se admitia que, por ocasião da próxima reunião do Consilium, em Abril de 1966, os Bispos D. Agostinho Lopes de Moura, de Portalegre, e D. Clemente Isnard, do Brasil, trouxessem a Roma os pareceres das respectivas Comissões quanto à tradução dos textos definitivos. É que, segundo informação de Mons. Bugnini, exigia-se a unidade para o texto definitivo.

Marcada nova reunião para o dia 30 de Novembro do mesmo ano de 1965, a acta foi assinada por: D. José Alberto Lopes de Castro Pinto, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Francisco Rendeiro O. P., Bispo Coadjutor de Coimbra, D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco, D. Clemente José Carlos Isnard, O.S.B., Bispo de Nova Friburgo, D. Florentino de Andrade e Silva, Administrador Apostólico do Porto, e D. José de Lamartine Soares, Bispo Auxiliar de Olinda e Recife.

A tarefa seguinte que se impunha a cada um dos Episcopados era constituir uma comissão mista com Bispos e peritos de cada país.

Da parte portuguesa a Comissão foi formada com os Prelados: D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego, D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real, D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco, D. Florentino de Andrade e Silva, Administrador Apostólico do Porto; e com os seguintes peritos: D. David de Sousa, Arcebispo de Évora, D. Gabriel de Sousa, O.S.B., Abade de Singeverga, D. Tomás Gonçalves, O.S.B., Dr. Manuel Teixeira Borges, de Vila Real, Padre Dr. Joaquim Mendes de Castro, de Lamego, Padre Dr. José António Godinho de Lima, do Porto, Cónego António Gregório Neves, de Lisboa, Cónego José Falcão, de Lisboa, Padre Manuel Ferreira de Faria, de Braga, Padre Manuel Luís, de Lisboa, Padre António Ferreira dos Santos, do Porto, Monseñor Miguel de Oliveira, do Porto mas residente em Lisboa, Dr. Vitorino Nemésio, Professor da Universidade de Lisboa.

Por parte do Brasil a Comissão ficou assim constituída: Prelados — D. Clemente José Carlos Isnard, O.S.B., Bispo de Nova Friburgo, D. José Lamartine Soares, Bispo Auxiliar de Olinda e Recife, D. José Bernardo Bueno Miele, Bispo Auxiliar de Campinas, D. Timóteo Amoroso Anastácio, O.S.B., Abade da Baía; e peritos — D. José Alberto Lopes de Castro Pinto, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Padre Lerchsner S.V.D., Padre Roseoe, D. Marcos de Araújo Barbosa, O.S.B., Cónego Amaro Cavalcanti de Albuquerque, D. Domingos Sanchiz, O.S.B., Padre Josnar Braga, Dr. Alceu Amoroso Lima, mais conhecido pelo pseudónimo de Tristão de Adaíde, Professor da Universidade e líder católico.

Outro passo fundamental dado pela parte portuguesa foi a reunião dos Professores da Sagrada Escritura de vários Seminários de Portugal no Santuário de Fátima, nos dias 15 e 16 de Janeiro de 1966.

D. Florentino de Andrade e Silva, que presidiu à reunião, justificou a convocação «referindo-se ao acordo estabelecido com os Bispos

brasileiros acerca duma tradução da Bíblia, que servisse de texto para a proclamação litúrgica, e a uma primeira distribuição de trabalhos em que coube aos portugueses a tradução dos Salmos 76 a 150 (numeração da Vulgata), os Evangelhos Sinópticos e Actos dos Apóstolos, e Obras de S. João, tradução que seria revista pelos brasileiros, como o trabalho deles seria revisto também pelos portugueses». (Da Acta).

Designada uma comissão organizadora, tendo sido escolhido para o efeito o Cónego Joaquim Mendes de Castro e Padre José António Godinho de Lima, e estabelecidas as etapas de trabalho, foram constituídas nove equipas:

1. Cónego Joaquim Mendes de Castro e Padre José António Godinho de Lima, 2. Cónego António de Brito Cardoso e Padre Manuel Augusto Rodrigues, 3. Cónego Sebastião Martins dos Reis e Padre Manuel Rodrigues Martins, 4. Padre Américo Henriques e Frei Raimundo Duarte de Oliveira, O. P., 6. Padre Manuel Borges e Padre Albano Vilela, 7. Padre António do Patrocínio Gonçalves e Padre António Augusto Tavares, 8. Padre Manuel Marques Gonçalves e Padre António Rodrigues, 9. D. Geraldo Coelho Dias O.S.B. e Padre Joaquim Sampaio Ribeiro.

Em Agosto de 1966, começaram a ser entregues os primeiros originais, e, em Janeiro de 1967, D. Florentino de Andrade e Silva, Presidente da C.E.L., envia alguns Salmos aos Padres Manuel Luís e João Maia, S. J., para serem revistos por um musicólogo e um poeta.

Nas férias de Carnaval de 1968, D. Tomás Gonçalves, O.S.B., nas suas funções de Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia e de Secretário Geral da Comissão Mista Luso-Brasileira, promoveu uma reunião de peritos em Singeverga para procederem à revisão final do Saltério para uso litúrgico.

Além do próprio D. Tomás Gonçalves e do Prior de Singeverga, D. Geraldo Coelho Dias, participaram nesta reunião de trabalho o Cónego Joaquim Mendes de Castro, os Padres João Maia, S. J. e Manuel Simões, S. J.; e ainda o beneditino D. Celestino B. de Sousa.

Ao fim de quatro dias de trabalho intenso, a revisão não passou de 33 Salmos.

Entretanto a Comissão brasileira também ia trabalhando, mas cedo se verificou que se tornava muito difícil conseguir um texto com unidade a partir das traduções de ambas as partes.

A tradução dos Salmos enviada do Brasil foi considerada «inaceitável».

Em Julho de 1968 faltava rever apenas os Salmos 97 — a 108 e 117 a 127.

A correspondência trocada entre o Cónego Amaro Cavalcanti de Albuquerque, Secretário Nacional de Liturgia do Brasil, e D. Tomás Gonçalves por um lado, e entre D. Clemente José Carlos Isnard, da Comissão Episcopal do Brasil, e D. Florentino de Andrade e Silva, da Comissão Episcopal Portuguesa, por outro, vai dando conta da insatisfação com que os peritos de cada país recebiam o trabalho do alheio.

Numa carta de 5 de Março de 1968, o Cónego Amaro Cavalcanti chega a referir que, «no Brasil, como também em Portugal, ninguém acredita que possamos chegar a um acordo».

Apesar das afirmações repetidas de D. Tomás Gonçalves sobre a possibilidade de um acordo, as divergências agravavam-se cada vez mais.

Em carta de 30 de Julho de 1968, D. Tomás Gonçalves convidou o Cónego Joaquim Mendes de Castro para uma revisão dos últimos Salmos em fins de Agosto e não deixou de desabafar: «não podemos contar com os brasileiros».

Do outro lado do Atlântico a boa vontade chegava ao fim. Em carta de 12 de Agosto de 1968, o Cónego Amaro Cavalcanti descreveu a D. Tomás Gonçalves o ponto da situação sobre os Salmos:

«Escrevi-lhe muito sobre a versão portuguesa dos Salmos, a qual não foi feita como fora combinado observando os ritmos da poesia hebraica. Em sua carta, o Sr. nada mencionou a respeito. Peço-lhe uma palavra sobre o assunto. Estou providenciando agora a duplicação mimeográfica dos nossos 75 Salmos como foram preparados pelos escritores e biblistas. Serão revistos pelos liturgistas e pastores, e só depois poderão ser enviados para Portugal».

Quanto à Comissão mista luso-brasileira, a situação era pior, como se vai ver pela seguinte transcrição da referida carta:

«*Comissão mista luso-brasileira.* Desejo, a bem da verdade, expor-lhe o ocorrido em nossa Assembleia Geral da Conferência. Como dissera em carta anterior, já prevíamos que o nosso Episcopado, nesta época em que vivemos, já não estaria mais favorável, dependermos tanto de Portugal para termos nossas traduções. Muitos eram os argumentos que levariam a supor que um compromisso com Portugal nos dá desvantagens. Sobretudo agora que Roma trabalha em ritmo tão lento (a missa normativa foi preparada e concluída pelo Consilium em Outubro de 65, e ainda não sabemos quando vai entrar em vigor...) e que há impaciência generalizada por parte do clero que o leva a abusos de toda a espécie, nossos Bispos se preocupam em não deixar passar mais tempo. (...)

Mas outras questões sobre a necessidade de nosso Episcopado ter maior poder de decisão foi também pedido (184, sim — 25, não

— em branco 4) para assim poder solucionar problemas de pastoral litúrgica (188, sim — 22, não — em branco 3), etc....

Quando propôs a questão da Comissão luso-brasileira, o quesito foi formulado assim:

Quer que a CNBB peça a Santa Sé a dissolução da Comissão Mista Luso-Brasileira para elaboração das traduções dos textos litúrgicos, permitindo que o Brasil elabore suas próprias traduções conservando-se apenas intercâmbio entre as duas Conferências?»

Obteve-se a resposta seguinte: Sim, 179 — Não, 13 — Em branco, 1.

Assim sendo, D. Clemente vai fazer chegar ao conhecimento da Santa Sé esta resolução do Episcopado. Enquanto não tivermos uma resposta, estaremos trabalhando mesmo porque, como diz o quesito, desejaremos um intercâmbio entre as duas Conferências».

A Comissão mista não morreu, de facto, com este golpe quase mortal.

Efectivamente, em 26 de Setembro de 1968, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pediu ao Santo Padre a dissolução da Comissão Mista Luso-Brasileira para elaboração das traduções dos textos litúrgicos, permitindo que o Brasil elabore suas próprias traduções, mantendo em comum com Portugal apenas as respostas que cabem ao povo, nos diálogos com o celebrante.

A resposta da Santa Sé foi a seguinte, em data de 29 de Outubro de 1968: «*Quaestionem de communi interpretatione liturgica lingua lusitana exarata iterum et attenta benevolentia considerare volumus. Perspectis itaque non parvis differentiis exstantibus inter linguam quae in Lusitania adhibetur et eam quae in Brasilia ex tam diversis rerum adiunctis succrevit et nostris diebus est in usu, videtur accipi posse votum Conferentiae Episcopalis ut Commissioni Brasiliensi directe incumbat interpretationibus propriis elaborandis. Bene tamen servetur et alia pars eiusdem voti Conferentiae, ut nempe saltem dialogi et alia ad populum spectantia communia sint pro omnibus regionibus lingua lusitana utentibus, quo aptius tali modo provideatur ampliori communi participationi fidelium*» (Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia, Prot. n. 2578/68).

A pedido de D. Florentino de Andrade e Silva, D. Clemente Isnard esclareceu o âmbito das novas e reduzidas atribuições da Comissão Mista, em carta de 22 de Maio de 1969: «Entendo a resposta da Santa Sé ao pedido da Conferência Brasileira nos seguintes termos: deverão ser comuns a Portugal e Brasil todos os diálogos entre celebrante e povo na Santa Missa, as partes do Ordinário da Missa recitadas ou cantadas pelo povo e, de modo geral, os diálogos litúrgicos».

Assim acabou — um tanto ingloriamente — a tentativa da elaboração luso-brasileira do Saltério.

Quando voltarmos ao tema da versão dos Salmos na Liturgia das Horas, indicaremos os nomes dos tradutores e descreveremos algumas das circunstâncias concretas do seu trabalho, que é bem digno do nosso reconhecimento e admiração.

AUTORES DOS HINOS DA LITURGIA DAS HORAS

Para satisfazer numerosos pedidos, apresentamos aqui a relação dos autores dos hinos integrados na Liturgia das Horas em português.

Como é da praxe oficial, não se identificam os autores contemporâneos ainda vivos.

Dos hinos cuja procedência se identifica, uns são traduções dos que formam o hinário da Liturgia das Horas em latim; outros são traduções de autores consagrados, como, p. ex., S. Atanásio, S. Francisco de Assis, S. João da Cruz; outros são composições de autores mais ou menos clássicos portugueses. Também foram utilizados, em algumas traduções ou adaptações, os hinos em vernáculo da Liturgia das Horas de Itália, Espanha e México.

A maior parte dos hinos seleccionados de entre os autores portugueses (não vivos) pertence ao século XVI, como se pode verificar. Isto não causa surpresa alguma para quem conhece a nossa poesia religiosa e os requisitos de uma poesia litúrgica. De facto, fora do século XVI, raramente se encontram composições poéticas com suficiente conteúdo teológico. Pelo contrário, ou enveredam pelo culteranismo conceitista ou pela expressão sentimental ultraromântica ou pelo subjectivismo e versilibrismo dos últimos tempos, o que não os recomenda para serem usados como hinos litúrgicos: oração comunitária, expressão dos mistérios do cristianismo, lirismo sóbrio e expressivo, susceptíveis de serem rezados ou cantados, sem grande dificuldade, por toda a gente de mediana cultura.

Outra observação se impõe. Dada a dificuldade de encontrar, em tão curto espaço de tempo, um conjunto de hinos portugueses de valor indiscutível, são todos eles apresentados em apêndice, de forma a tornar mais patente a possibilidade, ou mesmo conveniência, de escolher livremente os hinos mais próprios para as diversas celebrações e para as diversas assembleias ou pessoas (recitação individual).

Tomaram parte, directa ou indirectamente, na escolha, tradução, adaptação ou composição de novos hinos: Moreira das Neves, Manuel

Simões, Heitor Morais, Manuel Ferreira, António M. Barata, Abel Guerra, Sebastião Faria, David Mourão-Ferreira, José Bento, Pedro Tamen, Miguel Trigueiros.

Alto Senhor sempiterno	Gil Vicente (sec. xvi)
Angélicos espíritos criados	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Anjo que sois minha guarda	Gil Vicente (sec. xvi)
Anjos e pastores	Cancioneiro popular (estr. 1-4)
	Frei Agostinho da Cruz (estr. 5-6)
Apóstolos, santos primeiros	D. João Manuel (sec. xv)
A Vós correndo vou, braços sagrados	Anónimo do sec. xvii
Bem eu sei a fonte que mana e corre	S. João da Cruz (sec. xvi)
Branca estais colorada	Gil Vicente (sec. xvi)
Canta, Igreja, o Rei do mundo	
(<i>Pange, lingua, gloriosi/corporis...</i>)	S. Tomás de Aquino? (sec. xiii)
Canta, língua, gloriosa	
(<i>Pange, lingua, gloriosi / proelium...</i>)	Venâncio Fortunato (sec. vi)
Cantemos com alegria	
(<i>Sacris sollemniis...</i>)	S. Tomás de Aquino? (sec. xiii)
Celeste Jerusalém, ó cidade ditosa	
(<i>Urbs Ierusalem beata</i>)	Autor desconhecido
Cinco fontes de graças infinitas	Diogo Bernardes (sec. xvi)
Com os braços na Cruz, meu Redentor	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Companheiros de Cristo, que plantastes	Diogo Bernardes (sec. xvi)
Cruz fiel e redentora	
(<i>Cruc fidelis...</i>)	Venâncio Fortunato (sec. vi)
Das santas Virgens que o mundo	
venceram	Pedro de Andrade Caminha (sec. xvi)
Depois que triunfou no alto madeiro	Diogo Bernardes (sec. xvi)
Desponta a aurora no céu	
(<i>Aurora iam spargit polum</i>)	Autor desconhecido
Dia de ira aquele dia	
(<i>Dies irae dies illa</i>)	Tomás de Celano? (sec. xiii)
Divinas mãos e pés, peito rasgado	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Dormes, Jerusalém?	Pedro Ant. Correia Garção (sec. xviii)
Entregou-Se ao sacrificio	
(<i>En acetum, fel, arundo... Cruc fidelis</i>)	Venâncio Fortunato (sec. vi)
Esta é noite de alegria	Gil Vicente (sec. xvi)
Eterno Criador do universo	
(<i>Aeterne rerum Conditor</i>)	S. Ambrósio (sec. iv)
Eterno Sacerdote, que hoje alçado	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Formosa Virgem que do sol vestida	Diogo Bernardes (sec. xvi)
Hoje os homens vêem	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Insígnia triunfal, honrosa e santa	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)

Jesus, nossa redenção (<i>Iesu, nostra redemptio</i>)	Autor desconhecido
Lá Vos tornais, Senhor, onde subistes	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Louvada seja na terra	António Correia de Oliveira (sec. xx)
Louvado seja Deus na natureza	S. Francisco de Assis (sec. xiii)
	Versão de Afonso Lopes Vieira (sec. xx)
Luz esplendente da santa glória	Hino primitivo da Igreja Grega juntamente com um hino de S. Gregório Nazianzeno (sec. iv)
Luz terna, suave, no meio da noite	Decalque sobre um hino de Card. Newmann (sec. xix)
Morada eterna do Altíssimo	João Mendes (sec. xx)
Neste dia recordamos (<i>Sacris sollemnis...</i>)	S. Tomás de Aquino? (sec. xiii)
Ó Cordeiro divinal	Gil Vicente (sec. xvi)
Ó estandarte de Deus proclama ao mundo (<i>Vexilla Regis prodeunt</i>)	Venâncio Fortunato (sec. vi)
Ó esplendor da glória (<i>Splendor paternae gloriae</i>)	S. Ambrósio (sec. iv)
Ó esplendor do Pai (<i>Splendor paternae gloriae</i>)	S. Ambrósio (sec. iv)
Ó glória eterna do Céu (<i>Aeterna caeli gloria</i>)	Autor desconhecido
Ó glória das Virgens (<i>Ó gloriosa Domina; var... virginum</i>)	Autor desconhecido
Ó gloriosa Senhora do mundo	Versão de Gil Vicente (sec. xvi)
Ó inefável manancial de luz (<i>Splendor paternae gloriae</i>)	Gil Vicente (sec. xvi)
Ó Luz de eterna formosura	S. Ambrósio (sec. iv)
	António Correia de Oliveira (sec. xx)
	(com leve adaptação da estr. 3. ^a)
Ó Maria, / doce porto e certa guia	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Ó noite, trevas e nuvens (<i>Nox et tenebrae et nubila</i>)	Prudêncio (sec. iv)
Ó santa Virgindade	S. Atanásio (sec. iv)
Onde haja caridade verdadeira (<i>Ubi caritas est vera</i>)	Autor desconhecido
Pasmem de alegria	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Pelo Sinal dos astros e da treva	António Correia de Oliveira (sec. xx)
	(levemente adaptada na 5. ^a estrofe)
Que salmos ou que versos cantaremos	Diogo Bernardes (sec. xvi)
	(levemente adaptado o v. 12)
Quem Vos escolheu, / Rainha do Céu	Frei Agostinho da Cruz (sec. xvi)
Rainha celestial	Diogo Brandão (sec. xv)
Rainha dos Anjos	Popularizado

Rei Herodes, porque temes
(*Hostis Herodes impie*)

Sagrada Esposa de Cristo
Se toda a nossa vida é desafio
Senhor, fazei de mim
Senhor poderoso, de imensa piedade

Terra, exulta de alegria
(*Sacris sollemniis...*)
Tu que as portas abriste
Tu, Virgem pura, santa, Avé Maria

Um novo coração me dá, Senhor

Vão-se as sombras da noite sobre a terra
(*Ecce iam noctis tenuatur umbra*)

Vem, Criador Espírito de Deus

(*Veni, Creator Spiritus*)

Vem, ó Espírito Santo

(*Veni, Sancte Spiritus*)

Vinde, Espírito Santo

(*Nunc, Sancte, nobis, Spiritus*)

Virgem dolorosa

Virgem Mãe do mesmo Deus

Vós, Senhor, que a luz criastes

(*Lucis Creator optime*)

Sedúlio (sec. vi)

João Mendes (sec. xx)

Diogo Bernardes (sec. xvi)

Autor desconhecido

Manuel Bandeira (sec. xx)

S. Tomás de Aquino? (sec. xiii)

Luís Anriques (sec. xvi)

Luís de Camões (sec. xvi)

Diogo Bernardes (sec. xvi)

Autor desconhecido

Autor desconhecido

Estevão Langton (sec. xii)

Versão da Marquesa de Alorna
(sec. xviii)

S. Ambrósio? (sec. iv)

Versão do sec. xviii

João de Deus (sec. xix)

Autor desconhecido

P. SEBASTIÃO FARIA

HINO

And.^{te} Solista(s)



Se me envol-ve a noite escu- ra E ca-



mi- nho so-bre a- bis- mos de a- mar- gu- ra,

Assamblea



Na- da te- mo porque a Luz es- tá co- mi- go.



Na- da te- mo porque a Luz es- tá co- mi- go.

Se me colhe a tempestade
E Jesus vai a dormir na minha barca,
Nada temo porque a Paz está comigo.

Se me perco no deserto
E de sede me consumo e desfaleço,
Nada temo porque a Fonte está comigo.

Se os descrentes me insultarem
E se os ímpios mortalmente me odiarem,
Nada temo porque a Vida está comigo.

Se os amigos me deixarem
Em caminhos de miséria e orfandade,
Nada temo porque o Pai está comigo.

Se me envolve a noite escura
E caminho sobre abismos de amargura,
Nada temo porque a Luz está comigo.

And.te

Vem a noi-te so-bre o mun-do, Co-bre
se a ter-ra de som-bras. Não nos
fal-te o vos-so a-len-to Nos tor-
men-tos de ho-ra em ho-ra. Não nos
fal-te o vos-so a-len-to Nos tor-
men-tos de ho-ra em ho-ra.

Se connosco Vos quereis,
Só convosco nos queremos.
Não passeis à nossa porta,
Sem que entreis em nossa casa.

Como havemos nós, Senhor,
Através da noite escura,
De encostar a nossa fronte
Que não seja ao vosso peito?

Descansai também um pouco,
Ó Divino Peregrino.
Vinde e vede: há pão e vinho
Sobre a nossa mesa posta.

Repeti ao nosso ouvido
As palavras da promessa.
Quem Vos ouve não se engana
Nem na vida nem na morte.

Inclinaí, Senhor, o rosto
Sobre nós, compadecido.
E não tarde o Sol nascente
A cantar a vossa glória.